Alexandre Cricci

Por Frlei Gobi

Presidente da ABilumi fala sobre a importação de produtos de iluminação e o mercado brasileiro

A Associação Brasileira de Importadores de Produtos

de Iluminação (ABilumi) foi criada em 2005 por dez empresas importadoras que se uniram para defender seus interesses no processo de obrigatoriedade de padrões mínimos de desempenho para lâmpadas fluorescentes compactas, o Selo Procel.

Desde sua criação, a entidade concentra seus esforços no apoio ao desenvolvimento de normas universais e na melhoria dos produtos oferecidos ao mercado brasileiro. Coopera com o Ministério das Minas e Energia, o Procel, o Inmetro e outros órgãos governamentais envolvidos no segmento de iluminação com estudos e soluções de problemas.

Nesta entrevista exclusiva, Alexandre Cricci, sócio-fundador e presidente da ABilumi, fala sobre a criação e o papel da Associação. Revela a posição da entidade sobre temas polêmicos, como o fim das incandescentes, a reciclagem de fluorescentes, o estigma dos produtos chineses, a pirataria e a entrada de produtos de má qualidade no país. Faz ainda uma avaliação sobre o movimento das importações de lâmpadas no país nos últimos anos e alinhava perspectivas para os próximos anos e as expectativas do mercado em relação à Copa do Mundo e às Olimpíadas no Brasil.



Vamos esclarecer uma questão: hoje, a China possui, se não a melhor, uma das melhores manufaturas do planeta. Falar que o produto chinês não tem qualidade, não é verdade.

Lume Arquitetura: Conte-nos como surgiu a ABilumi?

Alexandre Cricci: A ABilumi surgiu em 2005, quando se discutia a compulsoriedade e a utilização de padrões mínimos de desempenho para fluorescentes compactas. Naquela época, algumas empresas, especialmente multinacionais, queriam exigir o Selo Procel, que era voluntário, e estabelecer padrões muito elevados de desempenho para estas lâmpadas. No entanto, o produto, que já era altamente popular, ficaria 50% mais caro com esses novos padrões. Foi neste momento que várias empresas importadoras que participavam do processo entraram na discussão "por que estabelecer este selo?", já que o aumento do preço diminuiria o nível de consumo, estimularia o consumidor a comprar incandescentes e, logicamente, prejudicaria o mercado. Acredito que foi aí que a Abilumi começou a se formar; precisávamos nos organizar para discutir essas questões, de forma mais técnica, com o governo.

Na época, a Abilux congregava as empresas com fábrica no Brasil, que se organizavam, tinham corpo técnico e falavam dentro de uma unidade. Isso é muito importante, porque quando você vai falar com o governo, ele não quer conversar com empresa A ou B, ele quer conversar com o setor, com entidades que representam o setor.

Representávamos uma parte do setor composta por empresas multinacionais que não tinham fábricas no Brasil. Começamos a nos unir como importadores, a estabelecer uma forma de comunicação mais organizada e concluímos que seria melhor ter uma entidade nossa. Montamos uma equipe de poucas pessoas, um estatuto e começamos a atuar. Como eu tinha um pouco mais de trânsito dentro das empresas e certo conhecimento, assumi a presidência.

Lume Arquitetura: Qual o papel da Associação no setor?

Alexandre Cricci: Acredito que o mercado tem dinâmica própria e a ABilumi exerce o papel importante de organizar o setor. Muitos fabricantes fecharam suas fábricas no Brasil porque o custo de produção aqui é muito alto, então o setor de iluminação depende muito de produtos importados. Como hoje importa-se muito mais do que quando começamos, o papel da entidade passou a ser bastante representativo.

Ao longo destes seis anos de existência, criamos um canal muito positivo com os braços técnicos do governo; trocamos informações, propostas e discutimos melhorias, como os padrões adotados agui, que muitas vezes são diferentes dos aplicados no mundo, o que dificulta para trabalhar com um mercado mais aberto. A ABilumi busca padrões internacionais já existentes e tenta adequá-los a nossa realidade; isso é fundamental. Nosso pensamento é em eficiência, inovação e padronização de soluções, para propiciar concorrência entre as empresas e benefícios para o mercado e também para o consumidor brasileiro.

Lume Arquitetura: Qual a relação da ABilumi com o Procel, o Inmetro e a ABNT? Alexandre Cricci: A entidade sempre procura participar dos comitês de forma organizada. Temos equipes externas, diretores técnicos e assessores profissionais nas empresas, que nos ajudam a participar de todas essas discussões. Organizamos propostas internamente e,

através da entidade, levamos isso ao governo, com estudos, informações, enfim, com conteúdo.

Procuramos fazer um link entre as empresas que estão no mercado brasileiro, que buscam informações no exterior para saber o que tem de melhor, e levar isso para os comitês brasileiros. Com isso, visamos dar ao mercado a oportunidade de competir em igualdade de condições, sem favorecimentos ou algo do tipo.

Lume Arquitetura: A ABilume participou do projeto de banimento das incandescentes?

Alexandre Cricci: Não fomos os responsáveis por este projeto; chegamos até a encaminhar algumas informações que nos pediram, mas não participamos diretamente. Vemos com bons olhos; acreditamos que isso faz parte de uma evolução de mercado, de uma tendência, que é boa para o país, para a sociedade e, principalmente, para o consumidor.

A lâmpada incandescente consome muita energia e acaba onerando a conta de luz do brasileiro, principalmente o de baixa renda, que não tem muita noção do quanto essa lâmpada consome de energia. Com dois reais, ele compra uma lâmpada incandescente, sendo que se ele comprasse uma compacta por sete reais, em três ou quatro meses já pagaria a diferença só com a economia da conta de luz. No entanto, o cliente, muitas vezes, não tem essa consciência.

Lume Arquitetura: Você disse que será bom para o país e para o meio ambiente, mas também será bom para o as empresas importadoras...

Alexandre Cricci: Vejo uma empresa de



uma forma muito simples: ela precisa servir bem à sociedade e, fazendo isso, logicamente terá um sentido existencial. Dentro da minha forma de enxergar uma empresa, não consigo imaginar que alguma instituição possa fazer algo bom para ela se não estiver prestando um bom serviço para a sociedade; acredito que as empresas terão que se adaptar a essa realidade.

Uma vez sendo bom para a sociedade, será bom para a empresa também, porque ela poderá oferecer produtos melhores. Claro que existe a tendência de algumas empresas se estabelecerem em zonas de conforto, com certo comodismo em termos de inovação, por isso existe um mercado aberto que as estimula a buscar formas mais eficientes de atender a sociedade.

Para os importadores é uma adaptação normal e acredito que não trará prejuízos financeiros. Muitas empresas não trabalham com lâmpadas incandescentes por ser um produto de baixo valor agregado. Acredito que não terá grandes impactos negativos, pois as empresas já estão se organizando e enxergando isso como um fato a se consumar; não tem muito para onde fugir.

Lume Arquitetura: Com o fim das incandescentes, naturalmente o mercado migrará para as fluorescentes. O que a Associação está fazendo em relação à reciclagem destas lâmpadas?

Alexandre Cricci: Esta questão está sendo tratada pela política nacional dos resíduos sólidos e estamos participando ativamente dessas discussões. A entidade vem trabalhando em conjunto com a Abilux e o governo federal para buscar alternativas e estabelecer formas econômicas de tratar isso, pois os custos de destinação e transportes destas lâmpadas são muito altos.

O Brasil é um país muito grande e tem tradição de problemas logísticos. Tem cidades que é preciso ter um documento especial para poder transportar um caminhão de lâmpadas usadas e isso custa caro. Quem assina o cheque é o importador, mas ele repassa isso ao consumidor, até porque não tem como uma empresa trabalhar com prejuízo. Se estivéssemos falando de dois, três ou quatro por cento, você até conseguiria tirar da margem, mas estamos falando de 30% ou mais em alguns casos.

Outro ponto crítico é o licenciamento das empresas que irão receber esses resíduos. Segundo a legislação, a lâmpada usada tem um tratamento diferente da nova, é considerada um resíduo perigoso e necessita de cuidados especiais. Isso gera uma grande insegurança jurídica para todos, sejam lojistas, importadores ou funcionários.

As importações de produtos cresceram de 10% a 15% em 2009. Em 2010, não cresceram tanto.

Nossa expectativa é criar maneiras de simplificar o processo de armazenagem e de licenciamento e viabilizar uma forma econômica que dê suporte a todos, de uma forma igualitária, pois tem processo de destinação que um estado aceita e outro não, como é que fica? Não esperamos que o governo agilize toda a legislação de uma vez, mas é preciso começar a destravar as burocracias e as amarras. A legislação é bastante complexa e antiga nessa parte, sem contar que muita coisa nem tem legislação.

Lume Arquitetura: As importações de lâmpadas estão crescendo no Brasil?

Alexandre Cricci: Pode-se dizer, de um modo em geral, que as importações de produtos cresceram de 10% a 15% em 2009. São aproximadamente 200 milhões de compactas fluorescentes por ano, o que representa cerca de 60%

do total das importações. Também está aumentando a entrada de fluorescentes em função do fechamento das fábricas nos últimos anos.

Em 2010, não cresceu tanto. Não temos informações muito claras com relação a isso, mas escutamos muita reclamação de dificuldade. Como 2009 foi um ano muito ruim por conta da crise, houve, em 2010, exportações além da possibilidade de consumo do mercado, e com isso criou-se estoque.

No entanto, é difícil dizer ao certo, porque o mercado teve uma enxurrada muito grande de novos participantes de outros segmentos. Por um lado, isso é bom, porque aumenta o rol de opções para o consumidor, porém, cria dificuldades para verificar se todos os produtos que entram atendem as especificações mínimas exigidas.

Outro produto complicado de se avaliar é o LED. Falam no crescimento em torno de 40 ou 50% ao ano, mas não temos estes números muito bem elaborados, até porque os LEDs começaram a ser monitorados agora. Se analisar as revistas do setor, verá a quantidade de novos players de LED, e o Brasil não tem um padrão para estas lâmpadas. Existe pouca informação, mas muita importação. Estão trazendo produtos que nem sabem para que servem ou qual seu desempenho, e isso nos preocupa muito. A criação do padrão é algo importante, mas não se deve limitar o avanço tecnológico. É interessante estabelecer padrões mínimos e não máximos. Barreiras para o produto ruim, não para novas tecnologias ou empresas competitivas; isso não é legal.

Lume Arquitetura: Qual a perspectiva para 2011? É a mesma ou com a alta do dólar nem tanto?

Alexandre Cricci: Este ano está sendo difícil para as empresas, pois teve a questão do monopólio chinês de terras raras, utilizadas na produção das lâmpadas fluorescentes. O preço do fósforo ficou quase dez vezes maior em menos de seis meses, o que criou uma variável adicional para o setor. Algumas lâmpadas ficaram de 10 a 40% mais caras, por exemplo. A China usa isso como estratégia, pois para iniciar uma mina de terra rara leva de dois a três anos, enquanto isso, o país continua com o monopólio.

Devido à crise mundial, 2012 é uma grande incógnita, até porque e Europa está demonstrando ter uma curva bem mais lenta do que se imaginava e o dólar tem atrapalhado um pouco. Além disso, o mercado brasileiro não crescerá 3 ou 4% como o governo prevê, será um ano complicado, provavelmente mais que 2011.

Lume Arquitetura: De qual país o Brasil mais importa lâmpadas?

Alexandre Cricci: China, sem dúvida, e pouquíssima coisa da Alemanha. Hoje, 99% das lâmpadas fluorescentes compactas são produzidas na China, e garanto que tem um bom desempenho, é só observar o resultado do Inmetro. Claro que há algumas reprovações, porém, mesmo essas, são reprovadas por coisas pequenas. Existe um nível de controle muito bom. Posso garantir que as lâmpadas legalmente importadas, que são comercializadas, atendem muito bem o mercado brasileiro.

Lume Arquitetura: Qual a posição da ABilumi em relação aos produtos chineses? Alexandre Cricci: Vamos esclarecer uma questão: hoje, a China possui, se não a melhor, uma das melhores manufaturas do planeta, porque existe muito investimento, muita fábrica nova. Nos últimos 30 anos, o país inundou o planeta de produtos manufaturados. No início, muitos de baixa qualidade, mas, hoje, isso não é uma realidade, ele tem uma representação muito grande na manufatura do mundo. Falar, hoje, que o produto chinês não tem qualidade, não é verdade.

Lume Arquitetura: Na China se encontram produtos de boa e de péssima qualidade. O problema é que algumas empresas estão trazendo para o Brasil os produtos ruins. O que fazer nestes casos? Alexandre Cricci: Todos nossos afiliados sofrem desse tipo de concorrência e é difícil fiscalizar. No caso das lâmpadas compactas, existem padrões que obrigam as empresas a atender aquele mínimo. Claro que há toda a complexidade da fiscalização, esse é um ponto importante, mas é melhor ter um padrão do que não ter. Já os LEDs podem ser vendidos da qualidade A, B, C, D, E, etc, porque o mercado permite, e isso nós vemos com muito maus olhos. É preciso criar padrões, ter formas de controle e monitoramento dos órgãos competentes como Inmetro, por exemplo.

Temos um contingente de fiscais limitado que precisa fiscalizar uma série de setores. Esse é um desafio não só do Brasil, mas de qualquer país do mundo. O produto pirata é uma questão crítica, importante, mas é caso de polícia; se não existe uma atuação fica complicado. No Brasil, a questão de fronteira está melhorando, a receita federal tem feito um bom trabalho, mas ainda tem produtos que não pagam impostos e, com isso, a diferença dos valores fica muito grande.

Às vezes, ficamos preocupados porque se cria padrões e não se fiscaliza direito. Nós apoiamos a criação de padrões, mas também cobramos fiscalização do governo, para que não haja concorrências desleais, o que é ruim para o mercado e para o consumidor. Também é preciso liberar laboratórios homologados pelo Inmetro em qualquer lugar do mundo. Por que a empresa precisa testar o seu produto no Brasil, sendo que lá fora também existem laboratórios e produtos testados pelo Inmetro?

Lume Arquitetura: Como a associação está se movimentando na questão da regulamentação dos LEDs?

Alexandre Cricci: Estamos participando ativamente do comitê e buscando informações de normas de outros países. O setor está preocupado, mas estamos conseguindo retribuir as expectativas. Nossa intenção é fazer com que o mercado tenha uma experiência favorável com o LED, para isso precisamos ter uma boa relação de consumo com o fabricante e importador,

Para que os clientes não figuem desapontados com os LEDs, sugerimos que sempre comprem produtos de empresas conhecidas, com as quais já tiveram alguma experiência positiva com outros tipos de lâmpadas e que ofereçam garantias. Assim, caso tenham problemas, poderão reclamar e exercer seu direito de cidadão.

Lume Arquitetura: Qual a perspectiva da associação, em relação ao mercado, com a realização da Copa do Mundo e das Olimpíadas no Brasil?

Alexandre Cricci: É uma oportunidade, mas nos preocupamos um pouco com relação ao planejamento do governo em relação ao setor, pois não temos percebido muito investimento nessa área. Com relação às Olimpíadas, por exemplo, vemos investimentos em iluminação pública, mas não necessariamente por conta dos jogos. Na construção civil, idem. Talvez os hotéis estejam investindo um pouco mais.

Tudo que se deixa para a última hora, fica muito caro e, muitas vezes, acaba gerando dificuldade para uma competição justa. Isso nos preocupa; deveria ter um pouco mais de transparência.

Tivemos informação, por meio da imprensa, que o governo estabeleceu algumas formas de compras para a Copa do Mundo e Olimpíadas sem licitação. Acreditamos que esse tipo de ação pode gerar favorecimento e que deveria haver concorrência aberta para todas as empresas. Isso é importante para a sociedade, pois o dinheiro público deve ser bem aplicado na aquisição de produtos de qualidade. <